

A MORTE É UMA FESTA

Iris Kantor

João José Reis: *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*, São Paulo, Cia. das Letras, 1991.

Os estudos de J. J. Reis nos últimos dez anos afinam a produção brasileira com o debate historiográfico internacional. A perspectiva deste historiador não se perde numa incorporação epidérmica dos modismos europeus, mas pretende vislumbrar as peculiaridades do processo de formação social brasileiro e, especialmente, o baiano. Ao lado de Verger, Mattoso e Schwartz, Reis contribui para a consolidação de uma historiografia regional vigorosa.¹

João José Reis é um dos principais estudiosos daquilo que se poderia denominar uma historiografia dos micro-poderes no cotidiano colonial. Seus livros e artigos anteriores à publicação de *A morte é uma festa* evidenciaram uma preocupação com a leitura da resistência escrava a partir de uma abordagem que não reduz os acontecimentos à oposição estrutural entre senhores e escravos². Reis complexificou as análises ao mostrar as tensões entre africanos e crioulos, forros e escravos, negros e mestiços. Sua reflexão faz-nos ver como os escravos desenvolveram uma particular sabedoria política, conquistando esferas de negociação no interior da sociedade

escravista. Ao recuperar o universo cultural afro-baiano, destaca o significado da luta pela preservação do espaço sagrado africano que se deu na dinâmica engenhosa de recriação dos signos culturais.

Em *A morte é uma festa*, o historiador amplia a cartografia da sociedade baiana oitocentista e desenha em filigrana as práticas funerárias da população. O objeto central do livro é a revolta popular ocorrida em 25 de outubro de 1836 na cidade de Salvador. Nesta ocasião, a multidão destruiu o cemitério do Campo Santo inaugurado três dias antes. A revolta contou com a participação indiscriminada da população e, inclusive, com a complacência da polícia local. O que impulsionou esta manifestação massiva? Quais foram os interesses envolvidos? Qual o significado simbólico que esta sedição mobilizou? Estas são algumas perguntas que o historiador vai respondendo ao longo de uma saborosa narrativa.

A proibição de fazer enterros nas igrejas, como era costume, e a concessão de monopólio funerário a uma companhia privada por 30 anos desencadearam um protesto público que culminou em quebra-quebra generalizado. Tal foi a fúria e a extravagância dos revoltados, que não deixaram pedra sobre pedra do dito cemitério. A "Cemiterada" - como ficou conhecido este levante - é reconstruída por J.J. Reis com toda a sua espessura histórica, proporcionando ao leitor diferentes ângulos de observação do acontecimento.

É na trama dos interesses econômicos e no confronto de mentalidades que podemos perceber as tensões sociais em jogo na resistência contra o cemitério. Nos primeiros capítulos, o autor faz um amplo estudo sobre a cidade de Salvador na primeira metade do

1- Stuart Schwartz: *Segredos Internos*, São Paulo, Cia. das Letras, 1989; Pierre Verger: *Fluxo e Refluxo do Tráfico de Escravos entre o Golfo de Benim e a Bahia de Todos os Santos: dos séculos XVII a XIX*, São Paulo, Ed. Corrupio, 1987; Kátia M. de Queiroz Mattoso: *Bahia, Século XIX: uma Província no Império*, São Paulo, Ed. Nova Fronteira, 1992.

2- Obras publicadas por João José Reis: *Rebelião Escrava no Brasil: a história do levante dos Malês*, São Paulo, Brasiliense, 1986; organizou o volume de ensaios *Escravidão e Invenção da Liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1988; é co-autor de *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*, São Paulo, Cia. das Letras, 1989.

século XIX: composição étnica e demográfica, conjuntura econômica, hierarquias sociais e diversidade de padrões culturais. Às vésperas da Cemiterada, Salvador é uma cidade coalhada de problemas urbanos, de desigualdades sociais, preconceitos de cor que apimentavam uma população já acostumada à rebeldia (lembremos: Revolta dos Alfaiates, Guerras de Independência, Revolta dos Malês, entre outras).

Uma chave para compreensão dos modos de articulação do tecido social pode ser encontrada no capítulo sobre as irmandades. Nele são registrados os critérios de admissão, as clivagens sócio-econômicas e étnico-raciais, os problemas de representação política, a inserção das mulheres e dos libertos, as competições internas e a concorrência entre as irmandades. Reis embrenha-se no mundo das irmandades recuperando as especificidades dos ritos festivos promovidos por estas agremiações. Nos rituais desaguavam antigas tradições portuguesas e africanas que reforçavam o aspecto lúdico e espetacular do catolicismo colonial brasileiro. Em certo sentido, esta vivência barroca da religiosidade permitiu uma maior adesão e acomodação simbólica das manifestações africanas, mas nem por isso as atitudes das autoridades governamentais deixavam de oscilar, freqüentemente, entre a repressão e a permissão.

No capítulo 3, o historiador faz um interessante balanço historiográfico sobre as atitudes dos homens diante da morte na Europa (França e Inglaterra principalmente), incorporando os trabalhos de Ariés, Vovelle, Chaunu, Corbin, Favre, Gitting, McManners, Thibaut-Payen, Richardson, entre outros³. Essa ampla bibliografia permite uma reflexão

sobre as transformações das práticas funerárias em curso na Europa no período estudado. Acompanhando o debate coevo sobre o "bem morrer" europeu, vislumbramos o processo de mutação das sensibilidades orientado pela racionalidade burguesa triunfante que passava a criticar os enterros dentro das igrejas e nos cemitérios contíguos. Condenava-se, enfim, a proximidade física entre vivos e mortos. Médicos e sanitaristas estiveram engajados na redefinição das noções de poluição ritual, apoiando-se em critérios médicos de pureza e perigo. A doutrina dos miasmas, desenvolvida pela ciência médica no século XVIII, provava que as matérias orgânicas em decomposição formavam vapores danosos à saúde, infectando o ar que se respirava. Aqui, talvez fosse possível incluir a historiografia africana sobre a questão, para efeito de comparação. Acredito que a interpretação dos fatos ficaria reforçada se o autor mostrasse como, apesar da visão europeizante da morte, houve uma persistência da lógica de legitimação simbólica dos valores africanos. A matéria não deixou de ser tratada, mas aparece de forma dispersa em vários capítulos, dando a impressão que o poder político e econômico pode controlar a legitimação da vida simbólica em sua totalidade. É certo que as concepções sanitaristas da morte nortearam as políticas públicas desde então; contudo cabe observar a persistência das matrizes culturais africanas até os nossos dias. Então, como dimensionar o par laicização-secularização neste contexto?

Organizado em 13 capítulos, o livro de João José Reis dedica 5 deles a uma minuciosa etnografia da morte na Bahia do século XIX. A preparação do defunto, as formas e os lugares de enterramento, os cortejos, velórios, missas e testamentos são tomados como índices da estratificação social e sedimentação da sociedade. O trabalho com as fontes primárias (testamentos, jornais, legislação, viajantes, livros-caixa das irmandades, editais da Câmara, etc...) revela uma rara capacidade de cruzar o qualitativo com o quantitativo. As tabelas estatísticas podem ser cotejadas com casos individuais que, muitas vezes, escapam à tipificação

3- É interessante observar que a historiografia contemporânea apresenta uma preferência marcada pelos estudos sobre as atitudes do homem diante da morte. Nesta linha de pesquisa, merecem destaque os clássicos de Philippe Ariés: *História da Morte no Ocidente*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977; e os estudos de Michel Vovelle sobre a morte e a religiosidade popular: *Mourir autrefois. Attitudes collectives devant la mort aux XVIIe et XVIIIe siècles*, Paris, Gallimard, 1974.

classificatória. A riqueza destes capítulos está no detalhe, na constante referência à diversidade étnica e sócio-econômica, nas diferentes formas através das quais os baianos vivenciaram a economia religiosa. A persistência dos antigos costumes em face à difusão de uma atitude mais individualizante e privativa no tratamento dos mortos reflete um conflito latente gerado pela tendência de laicização da sociedade. O abandono das esquifes coletivas, a diminuição dos pedidos de missas, as inscrições nas lápides, a substituição dos cortejos coletivos a pé pelo uso de carros funerários marcam uma transformação na maneira de conceber a morte para um estilo menos coletivo e festivo. As pesquisas demonstram que as irmandades baianas experimentaram uma crise financeira aguda, acentuada pelo declínio da religiosidade e pelo enfraquecimento dos poderes tradicionais em consequência das agitações resultantes do processo político da Independência, que, por sua vez, teriam acelerado a secularização da cultura. Contudo, alerta o historiador, as transformações no campo das mentalidades sugerem um ritmo de tempo mais lento e gradual, cuja persistência se manifestou no confronto da Cemiterada.

Tal como na festa, o funeral era um momento em que a sociedade tecia suas solidariedades e marcava seus distanciamentos. A prática da ostentação era uma fórmula de exibição de poder. Na época, somente os escravos e indigentes eram enterrados em cemitérios distantes das igrejas. Havia uma geografia social do morto. Eram muito freqüentes os funerais fictícios que celebravam a obediência à monarquia, assim como também eram comuns os enterros simulados das autoridades malquistas pela população. Os funerais simbólicos da ordem e da subversão estiveram presentes no cotidiano dos baianos.

A interpretação do episódio ganha corpo a cada novo capítulo. O historiador coloca em cena os agentes econômicos envolvidos com o mercado funerário. A pesquisa revelou as implicações que a transferência dos enterros para cemitérios extramuros e a concessão destes serviços para

uma empresa privada ocasionaram. A renda das cerimônias fúnebres representava o grosso do sustento das irmandades. O agenciamento de padres, armadores, cirieiros e músicos fazia parte dos serviços oferecidos tradicionalmente por estas instituições.

Desde o início do século XVIII as Câmaras preocupavam-se com o problema dos sepultamentos, mas a condenação aos enterros intramuros tornou-se mais intensa a partir do decreto imperial de 1825. Com a lei de reestruturação dos municípios (1828), a política imperial ganhava uma orientação nacional. Os enterros extramuros passavam a ser um tópico central da campanha civilizatória do Império, devendo ser empreendida pelas Câmaras Municipais e Assembléias Provinciais. Reis persegue, através da documentação, o debate em torno das novas leis de sepultamento tanto na esfera provincial, quanto na municipal. Se legislar era relativamente fácil, escreve ele, executar se mostraria tarefa mais difícil, pois a lei proibindo o enterramento nas igrejas não definia a quem caberia o ônus da construção dos novos cemitérios. As irmandades se mostraram reticentes e a Assembléia Provincial terminou legislando em favor de um grupo de empreiteiros, produzindo uma lei que concedia o monopólio dos enterros a uma companhia privada. Os empreiteiros acataram as exigências do arcebispado, selando uma aliança que prejudicava a posição das irmandades. A tensão entre as irmandades e a hierarquia eclesiástica marcou o início de uma política de romanização do clero brasileiro.

Iniciada a obra de construção do Campo Santo, a reação foi imediata. A mobilização das irmandades e ordens terceiras resultou num manifesto assinado por 280 pessoas que reivindicava o direito de rebelião contra uma lei injusta. Reis indica que 21 dos nomes que assinaram o manifesto teriam, no ano seguinte, participado da revolta separatista da Sabinada. O dado parece ser extremamente relevante, merecendo uma exploração mais fina sobre as relações entre a Cemiterada e a Sabinada. Neste caso, sendo o historiador um especialista no episódio da rebelião Malé (1835), fica a dúvida se não

seria também possível traçar algumas conexões entre esta rebelião e a Cemiterada, já que as datas são muito próximas. É curioso observar a intensificação das revoltas na Bahia na primeira metade do século. Compreender a dimensão diacrônica desta tradição talvez ilumine ainda mais as peculiaridades regionais da cultura política baiana.

Os funerais pomposos eram uma fonte de renda não só às irmandades, como também aos miseráveis da cidade. A participação de mulheres - rezadeiras e carpideiras - por exemplo, fazia parte de um costume português tradicional. A adesão popular deu à revolta um caráter multiclassista e pluriracial. Segundo João José Reis, após a revolta houve uma "conspiração de silêncio". As autoridades baianas preferiram esquecer o episódio, não fazendo mais que uma devassa pro forma, "uma devassa para o Império ver e a Bahia esquecer". No ano seguinte, a lei revogava o monopólio dos enterros e autorizava o governo a comprar o que sobrava do cemitério. A lei coroava a vitória das irmandades e o espaço do morto passava a ser responsabilidade da esfera pública.

O livro *A morte é uma festa* registra um momento da história política e cultural que permite compreender as tensões geradas pelo processo de centralização e construção do Estado Imperial no detalhe da gestão e controle da vida cotidiana. Este estudo aponta para a imbricação e a circularidade entre imaginário e prática social. As sensibilidades são agentes e produtos das mudanças históricas, elas moldam e são moldadas pela experiência concreta de cada sociedade e de cada cultura. A riqueza do livro reside no desenho desse campo e de suas relações de força.